

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.846 - GO (2020/0023091-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NILCIVANIA SILVA DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : TERESA APARECIDA VIEIRA BARROS - GO011841**  
**MARCEL BARROS LEÃO - GO029482**  
**MAXUEL MOURA DE SOUSA - GO035851**  
**AGRAVADO : JUAREZ MENDES MELO**  
**OUTRO NOME : VIAÇÃO PARAÚNA**  
**ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA BONVECHIO TEROSSI - GO014863**  
**GABRIELA MAIA GOMIDE - GO036108**  
**TAÍS CECÍ TEROSSI - GO038005**  
**THAYNARA OLIVEIRA PRADO - GO049754**  
**AGRAVADO : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**  
**REPR. POR : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE**  
**ADVOGADO : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por NILCIVANIA SILVA DE SOUZA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER AGRAVO RETIDO CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRÊNCIA NEXO DE CAUSALIDADE NÃO COMPROVADO DESPESAS MÉDICAS COMPROVADAS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANUTENÇÃO PREQUESTIONAMENTO

Quanto à controvérsia dos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 7º, 11, 77, I, 139, I e III, 473, § 3º do CPC, no que concerne à parcialidade do perito, trazendo os seguintes argumentos:

Na situação em apreço, os artigos 7, 11, 77, inc. I, 139, inc. I e III, 473, §3º e todos do emergente Código de Processo Civil (CPC/15), não foram observados pelas instâncias a quo, culminando em resultado negativo para a Recorrente.

Em suma, a Recorrente sofreu queda em ônibus de propriedade da primeira Recorrida, que estava segurado junto à segunda Recorrida.

Sofrida lesão, buscou indenização em desfavor das Recorridas, através do pleito em epígrafe.

Agendada perícia para 01/12/2010, o Expert nomeado disse que havia a necessidade de exames complementares para atestar se houve ou não a lesão suscitada, entre eles exame de radiológico (fls.

118/121).

Na primeira oportunidade a Recorrente se manifestou pugnando pela observância do art. 429, do velho Código de Processo Civil (CPC/73), vigente à época, em que o perito tem o dever -poder de exigir todos os documentos necessários para consecução do trabalho pericial, entre eles, exames complementares.

A questão é de evidente lógica. As partes e os operadores de direito não possuem conhecimento técnico na área da medicina, tornando impossível adivinharem quais exames complementares seriam necessários para elucidar todas as dúvidas médicas postas à apreciação judicial.

Esta é a função do perito, auxiliar o poder judiciário a promover a escorreita tutela jurisdicional.

Deste modo, a Recorrente impugnou a conclusão pericial, apresentou quesitos complementares, solicitou nova perícia, juntou exame radiológico (126/130/131) e rogou para que explicitasse quais outros exames complementares seriam necessários, além de pugnar para expedição de ofício para o INSS e hospitais, com o fito de subsidiar no ato pericial requerido.

Todavia, a instância primeva indeferiu os pedidos de expedição de ofícios. Decisum que motivou a interposição de agravo retido.

Quanto aos quesitos complementares, o perito nomeado não se manifestou quanto ao exame radiológico, se resumindo a repetir que a Recorrente não apresentou nenhum exame complementar (fls. 133/134).

Novamente, quais exames complementares são esses, que o auxiliar da justiça não especifica?

[...]

E o mais gravoso, a adulteração, em verdade, foi a dolosa omissão de pontos favoráveis à tese da Recorrente.

Isto mesmo, ao responder os quesitos complementares, o perito nomeado copiou trechos de um site, mas omitido informações favoráveis à defesa da cidadã, favorecendo, indubitavelmente, as Recorridas.

Feita a denúncia de plágio e parcialidade (fls. 257/264), o E. Juízo Comarcando não se manifestou (fls. 266).

Interpostos embargos de declaração, 267/268, provocando a análise da denúncia de plágio e parcialidade.

[...]

Exsurge, salvo melhor juízo, a negativa de prestação jurisdicional, quando não explicam a razão de o plágio não ter sido comprovado, omitindo-se quanto às provas juntadas, endereço do sítio eletrônico de onde o perito copiou as respostas dadas aos quesitos complementares, com a omissão de trechos favoráveis à Recorrente, não se manifestando, também, sobre as cópias, do site, juntadas pela Recorrente no feito, que demonstram, indubitavelmente, o plágio, pois o perito não mudou sequer a pontuação textual, em verdade, ocultando somente as partes que dão razão ao pleito autoral.

Neste contexto, se mostra evidente o desrespeito à lei federal, pois inobservados o prescrito nos artigos 7, 11, 77, inc.

I, 139, inc. I e III e 473, §3º, todos do CPC/15.

Logo, aplicável o disposto no art. 105, III, alínea "a", da CRFB/88, cabendo ao E.ST3 retificar, data máxima vênua, o processo em tela, maculando desde a prova pericial, visto que feita sem imparcialidade, como demonstrado através do plágio, supra descrito, em que pontos favoráveis às alegações da Recorrente foram deliberadamente omitidos pelo expert nomeado (fls. 648/657).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso dos autos, embora a embargante assevere que o colegiado deixou de enfrentar a questão atinente à parcialidade do perito, infere-se que o acórdão inserido na mov. 33 enfrentou de maneira clara e fundamentada a questão, assentando que: "Compulsando os autos, observa-se que o douto sentenciante determinou esclarecimentos pelo perito em diversas oportunidades, no intuito de salvaguardar suposto direito da apelante (fls. 128, 235 e 248, dos autos digitalizados), vindo o expert a complementar a perícia, asseverando que "após mais de 3 anos e meio foi periciada em consultório deste médico nomeado pelo juízo que subscreve, e não foi evidenciado nenhuma sequela durante o exame físico. Também não apresentou nenhum exame complementar que sugerisse sequela definitiva. Portanto, este perito sendo nomeado pelo juízo procurou utilizar da imparcialidade para avaliar o quadro. Se não há provas concretas atuais da patologia, a mesma não existe" e mais, "não vislumbro a patologia (exame de fl. 130 do dia 13/01/2011) com nexo do referido acidente noticiado (acidente dia 24/08/2007)."

Colhe-se ainda, que o perito nomeado trata-se de profissional qualificado e de confiança do juízo a quo, que avaliou detidamente a pessoa da autora, concluindo que "Ao avaliar a periciada, não pude constatar nenhuma patologia física concreta no atual momento. Não posso relatar nada no período logo após o acidente, porém se houve alguma patologia esta foi transitória e se encontra totalmente resolvida. Portanto não há como relatar que o acidente produziu sequelas na periciada e que gerou alguma incapacidade laborativa." (mov. 3, arq. 56).

Após impugnação do laudo pericial, e apresentação do raio -x pela parte autora, o expert compareceu aos autos concluindo que: "após mais de 3 anos e meio foi periciada em consultório deste médico nomeado pelo juízo que subscreve, e não foi evidenciado nenhuma sequela durante o exame físico. Também não apresentou nenhum exame complementar que sugerisse sequela definitiva. Portanto, este perito sendo nomeado pelo juízo procurou utilizar da imparcialidade para avaliar o quadro. Se não há provas concretas atuais da patologia, a mesma não existe." (mov. 3, arq. 68)

Novamente instado a se manifestar, o perito ratificou os laudos periciais apresentados, nos seguintes termos: "RATIFICO a Conclusão do Laudo Médico pericial de fls.121. E não vislumbro a patologia(exame de fl. 130 do dia 13/01/2011)com nexo do referido acidente noticiado (acidente dia 24/08/2007)." (mov. 3, arq. 103)

Nesse cenário, descabe o argumento de que o acórdão vergastado

**teria sido omissa quanto ao tema levantado nos aclaratórios.**

Logo, forçoso concluir que a parte embargante, inconformada com o resultado jurídico alcançado, utiliza-se dos aclaratórios com a finalidade de modificar o julgado, distanciando-se do propósito legal de sanar os vícios porventura existentes, o que não se mostra confortável em sede de aclaratórios (fls. 632/633).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente